



Suma de Negocios

ISSN: 2027-5692

ISSN: 2215-910X

Fundación Universitaria Konrad Lorenz

Albuquerque, Fábio; Cariano, António; Marques, Luís
Os gastos e rendimentos financeiros reportados pelas entidades cotadas em Portugal
Suma de Negocios, vol. 9, núm. 19, 2018, Janeiro-Junho, pp. 45-55
Fundación Universitaria Konrad Lorenz

DOI: 10.14349/sumneg/2018.V9.N19.A6

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=609964272005>

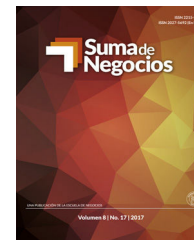
- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

UDEM  redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto



SUMA DE NEGOCIOS



Artigo de pesquisa

Os gastos e rendimentos financeiros reportados pelas entidades cotadas em Portugal



Fábio Albuquerque¹, António Cariano² e Luís Marques³

¹ Doutor em Contabilidade, Professor na área de contabilidade no Instituto Politécnico de Lisboa, Portugal. (Autor de correspondência)
Correio eletrónico: fhalbuquerque@iscal.ipl.pt. ORCID: 0000-0001-8877-9634

² Mestre em Contabilidade, Professor na área de contabilidade no Instituto Politécnico de Lisboa, Portugal. Correio eletrónico: acariano@iscal.ipl.pt.
ORCID: 0000-0003-2469-4126

³ Mestre em Contabilidade pelo Instituto Politécnico de Lisboa, Portugal. Correio eletrónico: lmарques@iscal.ipl.pt. ORCID: 0000-0001-5298-7730

INFORMAÇÃO DO ARTIGO

Recebido a 10 de Março de 2018
Aceito a 2 de Maio de 2018
Online a 1 de Junho de 2018

Códigos JEL:

M40; M41; M42; M48

Palavras-chave:

comparabilidade,
demonstração dos resultados,
gastos e rendimentos financeiros,
IASB, relato financeiro.

Keywords:

comparability,
financial income and expenses,
financial report, IASB,
income statement.

R E S U M O

A inexistência de um modelo padronizado para a apresentação das demonstrações financeiras dificulta sua análise por parte dos *stakeholders*, designadamente dos resultados financeiros, em virtude da flexibilidade existente na International Accounting Standards (IAS) 1. Perante esta premissa, questiona-se a possibilidade de comparar demonstrações financeiras entre distintas entidades sem o recurso a ajustamentos adicionais e casuísticos. No sentido de contribuir para a discussão em torno da temática, este estudo analisa o grau de detalhe e os fatores determinantes da apresentação dos itens de gastos e rendimentos financeiros reportados na face da demonstração dos resultados por natureza. Os dados foram recolhidos através dos relatórios e contas consolidados das entidades cotadas no Euronext Lisboa nos anos de 2005, 2010 e 2015, totalizando 118 relatórios ao longo desse período. Foram criados índices de apresentação para possibilitar a análise através de testes bivariados (Mann-Whitney-U). Os resultados sugerem que um conjunto ainda expressivo de determinantes respondem pelos diferentes níveis de detalhe divulgados na demonstração dos resultados em matéria de gastos e rendimentos financeiros, nomeadamente a auditoria externa, a rendibilidade, a normalização contabilística, o período de relato (parcialmente) e a apresentação do resultado financeiro.

The financial expenses and incomes reported by the listed entities in Portugal

A B S T R A C T

The lack of a standardized model for the presentation of the financial statements makes it difficult for stakeholders to analyze them, particularly for financial results, due to the flexibility prescribed by the International Accounting Standards (IAS) 1. Given this, the possibility of comparing financial statements amongst different entities without the use of additional and casuistic adjustments is questioned. In order to contribute to the discussion around this theme, this study analyzes the degree of detail and the determinants of the presentation of items of expenses and financial income reported in the face of the income statement by nature. Data were collected through the consolidated reports and accounts of entities listed on Euronext Lisbon in the years 2005, 2010 and 2015, comprising

118 reports during that period. Presentation indices were created to allow the analysis through bivariate tests (Mann-Whitney-U). The results suggest that a still significant set of determinants respond to the different levels of detail disclosed in the income statement for financial expenses and income, namely the external auditing, profitability, accounting standardization, the reporting period (partially) and the presentation of the financial result

Introdução

As opções de apresentação dos itens na Demonstração dos Resultados por Naturezas¹ (DRN) podem influenciar o cálculo de indicadores de desempenho como o Earnings before interest, tax, depreciation and amortization (Ebitda), informação designada como non-Generally Accepted Accounting Principles (non-GAAP), o qual tem alcançado particular evidência nas *press releases* divulgadas pelas entidades. Tais decisões apresentam potencial impacto nas decisões tomadas pelos distintos *stakeholders* (Marques, 2010).

No plano nacional, o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) propõe modelos de demonstrações financeiras para as distintas entidades incluídas no seu âmbito através de itens mínimos a serem considerados para efeitos de apresentação, o que se verifica historicamente no Plano Oficial de Contabilidade (Poc), num modelo assente em diretivas europeias.

Isso não se verifica, contudo, para as entidades que adotam as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) do International Accounting Standards Board (IASB)². Não obstante a proposição de elementos mínimos a serem considerados nas demonstrações financeiras, a International Accounting Standard (IAS) 1, “Presentation of Financial Statements” (2008), emanada daquele organismo, permite que as entidades definam modelos próprios para efeitos de apresentação. Em muitos casos, tal possibilidade conduz, embora não exclusivamente, à adoção das propostas sugeridas pelas multinacionais do ramo da auditoria (Albuquerque, Marcelino & Quirós, 2015). A referida flexibilização poderá conduzir, ainda, a demonstrações financeiras apresentadas de modo mais distinto por parte de tais entidades, com particular efeito na demonstração dos resultados (Ding, Jeanjean & Stolowy, 2005; Ding, Stolowy & Tenenhaus, 2001; Stolowy, Lebas & Ding, 2013; Wamugo, 2009).

Tendo por base os elementos anteriormente mencionados, este estudo pretende analisar as distintas formas de apresentação dos itens de gastos e rendimentos financeiros, questão que se encontra associada à inexistência de mode-

los-padrões de demonstrações financeiras e, particularmente neste caso, da DRN.

O estudo será conduzido através da análise de conteúdo aos relatórios e contas consolidados das entidades com valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado nacional, adotantes das NIC com caráter obrigatório. Mais concretamente, será analisada a informação reportada na DRN das entidades cotadas no Euronext de Lisboa a partir de três períodos distintos: os anos de 2005, 2010 e 2015.

Nos pontos seguintes, serão apresentados mais detalhadamente os elementos que estão na base do estudo conduzido na presente investigação.

Enquadramento teórico

A inexistência de modelos-padrões para as demonstrações financeiras pode dificultar, sob o ponto de vista dos utilizadores, a capacidade de analisar e comparar a informação reportada por distintas entidades, consoante os objetivos da análise (entre países, entre entidades do mesmo segmento, etc.). Para avaliar a importância da comparabilidade, importa ter presente a evolução do normativo contabilístico bem como as razões por trás de uma estrutura concetual (EC) que prescreve conceitos subjacentes à preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

Na década de 1960, assistiu-se a uma série de fusões e aquisições em todo o mundo, especialmente na economia norte-americana e com particular destaque na aquisição de empresas europeias. Esta fase foi caracterizada por uma tendência internacionalista que lançou as primeiras questões em torno da comparabilidade da informação financeira das empresas multinacionais (Zeff, 2014). Para dar resposta a esta questão, surgiu, em 1973, o International Accounting Standards Committee (IASC), organismo precursor do IASB (advindo de uma reestruturação daquele, em 2001), que tinha como desígnio promover a harmonização internacional das práticas contabilísticas. Tratou-se da primeira tentativa de normalização contabilística no âmbito internacional.

Decorrente da fundação do IASC, surgiu a necessidade de se criar uma estrutura para auxiliar na definição de conceitos que estão subjacentes à preparação e apresentação das demonstrações financeiras para *stakeholders*. Nesse sentido, surgiu a primeira EC do IASB que foi aprovada pelo Conselho do IASC em abril de 1989, sendo publicada em julho do mesmo ano. De referir-se que a EC (1989) foi endossada pela União Europeia (UE) por via do Anexo 5 das “Observações relativas a certas disposições do Regulamento (Comissão Europeia — CE) 1.606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho”, publicado em novembro de 2003.

1 A Demonstração dos Resultados por Naturezas (DRN) é uma demonstração financeira obrigatória para as entidades que aplicam o normativo nacional, isto é, o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), emanado da Comissão de Normalização Contabilística nacional (CNC), ou o normativo internacional emanado do International Accounting Standards Board (IASB), e permite avaliar o desempenho económico das entidades num dado período. A sua estrutura de apresentação visa detalhar os itens de gastos e de rendimentos numa classificação que atenda à sua natureza.

2 O termo Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) é utilizado na sua aceção mais ampla, compreendendo as International Accounting Standards (IAS) e International Financial Reporting Standards (IFRS) e respetivas interpretações Standards Interpretations Committee (SIC) e International Financial Reporting Standards Interpretations Committee (IFRIC).

Sob o ponto de vista da normalização contabilística, o estabelecimento de uma EC é importante para a definição de conceitos gerais que se materializam nas demonstrações financeiras, tais como os conceitos de ativos, passivos e de capital próprio (apresentados no balanço) e os gastos e rendimentos (apresentados na Demonstração dos Resultados).

Outro ponto definido no âmbito de uma EC é a identificação das características qualitativas que determinam a utilidade da informação financeira. Santos (2012, p. 8) reafirma que «[a] EC destina-se fundamentalmente, a auxiliar os preparadores das demonstrações financeiras, na aplicação das normas e os utentes na interpretação da informação que delas deriva...», para que possa ser possível efetuar comparações das demonstrações financeiras na mesma entidade ao longo de vários períodos ou entre entidades distintas no mesmo período.

Importa sublinhar que a EC não é uma norma, mas um conjunto de conceitos que servem de base às próprias normas. Albuquerque e Almeida (2009) reforçam esse entendimento ao referirem que os objetivos declarados da EC destinam-se ao estabelecimento de um referencial teórico orientador da regulação contabilística, minimizando quanto possível a existência de conflitos e inconsistências entre as normas.

De referir que, posteriormente, as características foram atualizadas por um projeto conjunto Financial Accounting Standards Board (Fasb)-Iasb com o Fasb a emitir a Statement of Financial Accounting Concepts (Sfac) 8, de setembro de 2010.

A relevância da informação vê assim a sua importância reforçada no que toca à capacidade de influenciar as decisões económicas dos *stakeholders*, tendo implícita a materialidade e natureza da informação (Cazzari, 2012), com a materialidade a surgir como um constrangimento da informação financeira (Albuquerque e Almeida, 2009).

Por sua vez, o conceito de fiabilidade é substituído pelo conceito de representação fidedigna, para realçar os elementos de preenchimento, em que a informação deve ser completa e apresentar-se sem erros materiais (Albuquerque e Almeida, 2009).

No âmbito do referido projeto, foram identificadas a comparabilidade, a verificabilidade, a tempestividade e a compreensibilidade como características qualitativas que suportam a relevância e a representação fidedigna da informação financeira, determinando estas últimas como fundamentais, e as primeiras, consequentemente, como de reforço.

O Iasb, ainda que não tenha definido um modelo-padrão, procura estabelecer na IAS 1 a informação mínima a ser apresentada nas demonstrações financeiras, para que a informação seja minimamente comparável. No entanto, os itens descritos na norma encontram-se, ainda assim, sujeitos à discricionariedade dos órgãos de gestão quanto à sua apresentação (Albuquerque e Almeida, 2009).

Assim, a EC e a IAS 1 conduzem a um tabela que pretende representar a informação a ser incluída nas demonstrações financeiras de forma relevante e fidedigna, para que estas sejam compreensíveis e comparáveis ao longo do tempo e entre entidades diferentes.

Os estudos sobre a estrutura de apresentação das demonstrações financeiras tiveram início nos Estados Unidos, em meados do século xx, a partir de Fjeld (1936a; 1936b). A

mesma temática foi mais tarde desenvolvida por Ding et al. (2001), em que foram analisadas as empresas francesas quanto à escolha da sua estrutura de relato e os seus determinantes (Ding et al., 2005).

No entanto, os estudos desenvolvidos sobre esta temática indicam que, tradicionalmente, o relato por funções está ligado à influência do United States Generally Accepted Accounting Principles (U.S. Gaap), ao passo que o relato por naturezas a uma tipologia mais rígida, como a que prevaleceu em França antes da adoção das IAS/IFRS, com forte influência da legislação fiscal no relato (Ding et al., 2005). De referir-se que a situação destacada pelo autor encontra paralelo em Portugal através de duas vertentes: quer por via dos modelos propostos nos normativos nacionais (POC e SNC), quer por via da padronização estabelecida em termos nacionais no que respeita à obrigatoriedade de preenchimento da Informação Empresarial Simplificada (IES).

As teorias da agência e da sinalização justificam também a opção da apresentação do relato por funções. Nesse sentido, entidades com forte implementação internacional tendem a adotar o normativo IAS/IFRS, com o fator internacionalização a pesar na escolha das entidades aquando da adoção do tipo de relato (Ding et al., 2005).

Outros fatores podem influenciar a estrutura de apresentação das demonstrações financeiras, como verificaram Ding et al. (2005), pioneiros no estudo da estrutura das demonstrações financeiras, que associaram a escolha da estrutura da demonstração dos resultados a determinados fatores, como a internacionalização das vendas e a dimensão.

Wamugo (2009) salienta a importância da estrutura de apresentação das demonstrações financeiras na representação fidedigna da informação financeira da entidade e na avaliação do seu desempenho.

A estrutura de apresentação das demonstrações financeiras foi igualmente objeto de análise no estudo de Ding et al. (2005), que procuraram explicação acerca das formas alternativas versus formas padronizadas de apresentação das demonstrações financeiras, as primeiras mais ligadas aos países anglo-saxónicos (países do tipo *common law*) e as segundas, tradicionalmente, aos países franceses (do tipo *code law*). A partir de uma amostra de 199 entidades francesas de larga dimensão, o estudo propôs-se a identificar as razões por trás da seleção, para a demonstração dos resultados e para o balanço, de um formato de apresentação por natureza (mais associado aos países franceses) em vez de um formato de apresentação por maturidade e função, respetivamente (mais associados aos países anglo-saxónicos). Entre os determinantes identificados, através de regressão logística, como associados à seleção de um ou mais formatos de apresentação por tais entidades encontram-se o grau de internacionalização da entidade, assim como razões financeiras (auditor externo, cotação no exterior e a decisão de aplicar normativos contabilísticos alternativos) e comerciais (dimensão e nível de internacionalização).

Albuquerque et al. (2015), por sua vez, analisaram as designações apresentadas no balanço, mais recentemente designada demonstração da posição financeira, de entidades com valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado português durante os períodos de

2009 e 2010. O estudo procurou obter evidência acerca da existência, ou não, de diferenças estatisticamente significativas relativamente à estrutura e alteração da estrutura do relato consolidado publicado pelas entidades, em virtude da entrada em vigor em Portugal do SNC. O estudo procurou evidências de que o normativo contabilístico utilizado nas contas individuais da empresa-mãe (NIC ou SNC) resultaria em diferenças estatisticamente significativas na estrutura e alteração da estrutura das entidades analisadas. Com base em medidas estatísticas descritivas e a partir do teste não paramétrico de Mann-Whitney-U, não foi identificado, no entanto, um suporte razoável para as hipóteses inicialmente definidas.

Recentemente, Takamatsu e Fávero (2017) investigaram o nível de opacidade dos lucros e o ambiente informacional de 60.121 entidades de 20 países distintos considerados como “economias emergentes”. Os autores concluíram que os países que haviam transitado para as normas internacionais no período analisado (de 2004 a 2013) a opacidade dos resultados foi menor.

Por outro lado, Reina (2017), procurou, pela análise aos elementos contabilísticos das empresas listadas na BM&FBovespa no período de 2005 a 2015, investigar os impactos da comparabilidade das demonstrações financeiras após a adoção do normativo internacional IFRS. O autor verificou não identificou, no entanto, variações significativas na comparabilidade individual média entre empresas diferentes, mas foram detetadas melhorias na comparabilidade para a mesma empresa ao longo do período analisado.

A secção seguinte dedica-se à apresentação das hipóteses e linhas metodológicas definidas para este artigo.

Hipóteses e metodologia

Hipóteses

Este estudo pretende analisar a informação reportada pelas entidades cotadas no que diz respeito aos itens de gastos e rendimentos financeiros apresentados na DRN. Para o efeito, foram definidas hipóteses que procuram identificar a existência de um maior ou menor nível de reporte de tais itens em função de alguns determinantes selecionados a partir da revisão de literatura previamente efetuada. A partir da hipótese (H) geral que se apresenta seguidamente, derivam as hipóteses operacionais subsequentes.

H1: certos determinantes, identificados a partir da literatura sobre o tema, determinam o nível de apresentação dos itens de gastos e rendimentos financeiros na DRN, por parte das entidades cotadas.

Os determinantes selecionados para a análise, e incluídos nas hipóteses operacionais, tiveram por base as teorias explicativas da agência, sinalização e legitimidade, que procuram justificar, em particular, o nível de apresentação a partir de elementos tais como a dimensão, o auditor externo, o endividamento, o setor de atividade e a rendibilidade (Albuquerque, 2013; Ereira, 2007; Silva, 2015; Costa, 2015; Gonçalves, 2013 e Isidro & Marques, 2010).

A tabela 1 seguinte sintetiza as hipóteses operacionais propostas, identificando ainda alguns dos estudos mencio-

nados na revisão da literatura que contribuíram para a sua formulação. A coluna “sinal esperado” corresponde ao sentido da relação proposta neste estudo entre os determinantes analisados e o nível de apresentação dos itens de gastos e rendimentos financeiros da DRN.

A subsecção seguinte identifica as linhas metodológicas definidas para dar resposta às hipóteses propostas neste estudo.

Metodologia

A população objeto de estudo é constituída pelas empresas cotadas no Euronext Lisboa que integravam o índice PSI Geral em 2005, 2010 e 2015, compreendendo um total de 49 entidades distintas ao longo dos três períodos selecionados. Tais entidades encontram-se, ao abrigo do Regulamento (CE) 1.606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002, sujeitas às NIC tal como adotadas pela UE nas suas contas consolidadas.

De referir-se que, entre as entidades constantes do índice PSI Geral, foram excluídas as do setor financeiro e segurador, por estarem sujeitas à regulamentação específica no âmbito da competência do Banco de Portugal (BDP) e da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), respetivamente, o que poria em causa a comparabilidade da informação recolhida e sujeita à análise. As Sociedades Anónimas Desportivas (SAD) foram igualmente excluídas por apresentarem um período de relato diferente do ano civil.

As restantes entidades, em termos setoriais, apresentaram-se repartidas da seguinte forma:

- Setor industrial, que compreende as classificações de 0001 Oil & Gas a 3000 Consumer Goods, representam 59 %; e
- Setor não industrial, com as classificações de 5000 Consumer Services a 9000 Technology, representam os remanescentes 41 %.

Como variável dependente, o estudo utiliza o índice de apresentação (IA). Índices similares têm sido utilizados em estudos que abarcam distintos temas, tais como a divulgação dos riscos e o grau de cumprimento em torno das divulgações voluntárias e obrigatórias no âmbito das normas contabilísticas e de relato financeiro (Albuquerque et al., 2015; Gaio e Mateus, 2014; Souza, 2012; Lemos, 2011 e Magro, 2014), servindo como instrumento de análise da problemática em causa (Branco e Góis, 2012).

O referido índice adota como ponto de partida a estrutura identificada no anexo I do Decreto-Lei 238/1991, que descreve as várias rubricas de custos e proveitos financeiros, tendo-se procedido na sequência aos devidos ajustamentos à luz dos desenvolvimentos emanados das IAS/IFRS e, por consequência, do SNC, designadamente, os itens relacionados com o justo valor.

A opção pelo Decreto-Lei 238/1991, anteriormente referenciado, tem em conta o facto de ter sido este um modelo adotado durante um maior número de anos em Portugal, por um lado, bem como por ser este um modelo com maior nível de padronização e enfoque nas componentes de rendimentos e gastos financeiros, por comparação aos normativos anteriormente mencionados.

Tabela 1 – Sumário das hipóteses e estudos relacionados

Hipótese operacional	Determinantes	Sinal esperado	Estudos relacionados
H1.1	DIM	+ elevado	Albuquerque (2013); Branco e Góis (2012); Dantas, Rodrigues, Rodrigues e Capelletto (2010); Ding et al. (2005); Gaio e Mateus (2014); Gonçalves (2013); Lemos (2011); Nunes (2014); Pereira (2013); Silva (2015); Watts e Zimmerman (1978).
H1.2	PSI-20	+ elevado	Gaio e Mateus (2014).
H1.3	END	+ elevado	Branco e Góis (2012); Ding et al. (2005); Ku Ismail e Chandler (2005); Lemos (2011); Lemos, Rodrigues e Ariza (2009); Nunes (2014); Pereira (2013); Santos (2013); Semedo (2015).
H1.4	Big4	+ elevado	Branco e Góis (2012); Ding et al. (2005); Ku Ismail e Chandler (2005a); Lemos (2011); Lemos et al. (2009); Nunes (2014); Santos (2013); Semedo (2015).
H1.5	SET	Indeterminado	Branco e Góis (2012); Gaio e Mateus (2014).
H1.6	REN	Indeterminado	Branco e Góis (2012); Dantas et al. (2010); Gaio e Mateus (2014); Hassan, Percy e Stewart (2006); Lemos (2011); Pereira (2013); Silva (2015).
H1.7	NC	Indeterminado	Albuquerque, Marcelino e Cariano (2015).
H1.8	TEMP	Indeterminado	Soares (2012); Fernández, Moreno e Olmeda (2006); Lemos et al. (2009).
H1.9	RF	+ elevado	Não foram identificados estudos que utilizassem a referida variável como determinante em estudos similares.
Fonte: elaboração própria.			

Para a atribuição da pontuação sobre a apresentação dos itens para este estudo, foram definidos os seguintes critérios, à luz da metodologia utilizada por Frias (2012) e tendo por base uma classificação efetuada a partir dos seguintes valores:

- 0: quando a opção/item é aplicável, mas não apresentado;
- 1: quando a opção/item é aplicável e apresentado;
- 2: quando a opção/item não é aplicável (não é possível apurar o seu enquadramento na DR).

A escolha da pontuação acima apresentada não é isenta de objeções, tal como identifica Lemos (2011) ao referir que «[m]uitos dos itens não divulgados pelas empresas poderão estar relacionados com operações que não foram levadas a cabo e, por isso, a sua não divulgação não significa falta de cumprimento com o normativo». Lemos (2011) refere ainda, a esse propósito, que a utilização da opção “2” pode enviesar os resultados do estudo para os itens sobre os quais não foi possível apurar com precisão o seu enquadramento. Chau e Gray (2002) citados por Frias (2012) ressaltam, no entanto, que a atribuição da opção “2” apenas deve ser efetuada após serem analisadas todas as menções nas notas contabilísticas e retiradas todas as conclusões sobre a sua divulgação, de modo a minimizar a sua utilização, procedimento adotado neste estudo.

Na tabela 2, são apresentados os 14 itens (IA_j, em que j = 1, 2, 3, ..., 14) que compõem o índice de apresentação (IA), recolhidos a partir da DR.

O índice anteriormente referido, IA, foi construído em consonância com a formula seguinte:

$$IA = \sum_{j=1}^n \frac{e_j}{n}$$

Em que:

e_j = elemento de apresentação j em análise do índice;
n = pontuação máxima dos itens analisados do índice.

Para os determinantes subjacentes às hipóteses, procurou-se definir variáveis independentes que servissem de proxy ao fenómeno ou realidade económica que se pretendia captar. Tais variáveis foram selecionadas tendo por base as proposições identificadas em estudos similares sobre índices de apresentação, designadamente, Albuquerque (2013), Ding et al. (2005), Lemos (2011), Gaio e Mateus (2014), Branco e Góis (2012), Nunes (2014), Gonçalves (2013) e Magro (2014).

A tabela 3 sintetiza os determinantes utilizados neste estudo, as variáveis que lhes servem de proxies, bem como a forma de identificação destas.

Para o tratamento inicial dos dados, foi utilizada a estatística descritiva e exploratória de dados, através das medidas de localização de tendência central como a média, mediana e moda e medidas de dispersão como o desvio-padrão (Albuquerque, 2013; Branco e Góis, 2012; Cariano, 2012; Frias, 2012; Lemos, 2011; Silva, 2015).

Posteriormente, segue-se a apresentação de medidas univariadas a par da realização do teste não paramétrico bivariado de Mann-Whitney-u, normalmente utilizado para testar a igualdade de duas distribuições populacionais

(Laureano, 2013; Pereira e Patrício, 2013), considerado uma alternativa ao teste t para populações independentes (Pereira e Patrício, 2013; Laureano, 2013).

Para a aplicação do teste referido, houve a necessidade de desagregar a população em dois grupos não emparelhados. Para as variáveis não dicotómicas AT, ENDIV e RV foi efetuado o procedimento de separação em função da mediana da população conforme descrito na tabela 3.

Apresentadas as linhas metodológicas subjacentes ao estudo proposto, o próximo apartado dedica-se à apresentação e discussão dos resultados obtidos.

Análise e discussão dos resultados

Nesta secção, serão sumarizados os principais resultados obtidos relativamente à estatística descritiva e aos resultados do teste estatístico de Mann-Whitney-u.

Na avaliação efetuada com recurso à estatística descritiva, constatou-se, em termos gerais, que os níveis de apresentação são relativamente baixos para os itens de gastos e rendimentos financeiros: em termos de frequência relativa média, atingem valores em torno dos 20 %. No entanto, verificou-se uma tendência de melhoria nos níveis de apresentação de 2005 para 2010, ano de adoção do novo normativo (SNC), período em que se observou um aumento de aproximadamente 8 %. De notar, no entanto, que de 2010 para 2015 verificou-se um perí-

odo de relativa estabilização, o que se constata por um recuo pouco expressivo no valor do índice (em torno de 1 %). Estes números indiciam que a alteração de normativo apresenta-se mais relevante do que a mera passagem do tempo, visto que as entidades tendem a manter, de um período para o outro, o mesmo modelo de reporte no âmbito da adoção de um mesmo normativo (o que acontece no último período mencionado). Tal evidência encontra-se detalhada na tabela 4.

O item 1A1, relativo à “apresentação dos montantes dos ganhos e das perdas em empresas associadas ou entidades conjuntamente controladas”, destaca-se pela maior frequência relativa média, que ascende a 93 %. Tal facto poderá ser potencialmente explicado pela evidenciação deste elemento no modelo oficial do SNC, bem como pela existência de referências explícitas na IAS 1 acerca da apresentação desse elemento. Os restantes itens registam frequências relativas médias abaixo dos 45 %. Entre as frequências mais elevadas, destacam-se os itens que representam maiores agregações de componentes de gastos e rendimentos financeiros, nomeadamente o 1A12 e o 1A13 com 44 %, seguindo-se a estes o 1A14, com 37 %.

Opostamente, o 1A8, que está relacionado com a apresentação dos montantes relativos aos descontos de pronto pagamento (obtidos e concedidos), apresenta uma frequência relativa próxima de zero, sendo, portanto, um elemento não relevado na DRN por parte das entidades. Os restantes itens

Tabela 2 – Composição do 1A

Item	Designação do item
1A1	Apresentação dos montantes dos ganhos e das perdas em empresas associadas ou entidades conjuntamente controladas.
1A2	Apresentação dos montantes relativos às imparidades (perdas e reversões) e variações de justo valor em instrumentos financeiros (outros que não os identificados no 1A1, incluindo outros investimentos financeiros), exceto derivados.
1A3	Apresentação dos montantes relativos aos ganhos e às perdas na alienação de instrumentos financeiros (outros que não os identificados no 1D1), exceto derivados.
1A4	Apresentação dos montantes relativos aos ganhos e às perdas em instrumentos financeiros derivados.
1A5	Apresentação dos montantes relativos aos juros suportados.
1A6	Apresentação dos montantes relativos aos juros obtidos.
1A7	Apresentação dos montantes relativos às diferenças de câmbio (favoráveis e desfavoráveis).
1A8	Apresentação dos montantes relativos aos descontos de pronto pagamento (obtidos e concedidos).
1A9	Apresentação dos montantes (residuais) relativos aos outros ganhos e perdas de natureza financeira ou de financiamento, que não os identificados acima (1A1 a 1A8).
1A10	Existência de outras agregações para os ganhos em instrumentos financeiros (eventuais agregações dos 1A1 a 1A4 — todos ou alguns), que não as previstas individualmente nos itens acima.
1A11	Existência de outras agregações para os juros (agregação do 1A5 e 1A6), que não as previstas individualmente nos itens acima.
1A12	Existências de outras agregações com diferentes designações para os gastos financeiros, que não as previstas anteriormente (agregações de itens financeiros de formas distintas das anteriores — 1A1 a 1A11, exceto 1A5).
1A13	Existências de outras agregações com diferentes designações para os rendimentos financeiros, que não as previstas anteriormente (agregações de itens financeiros de formas distintas das anteriores — 1A1 a 1A11, exceto 1A6).
1A14	Existências de outras agregações com diferentes designações para os resultados financeiros.

Fonte: elaboração própria.

Tabela 3 – Variáveis independentes e formas de determinação

Determinantes	Variável	Forma de determinação
Dimensão (DIM)	Total do ativo (AT)	Total do ativo. Variável dummy obtida a partir da seguinte classificação: 0: igual ou inferior à mediana da distribuição; 1: superior à mediana da distribuição.
Evidenciação (PSI-20)	PSI-20	Entidades classificadas como integrantes, ou não, do PSI-20, o principal índice português. Variável dummy obtida a partir da seguinte classificação: 0: não integra o PSI-20; 1: integra o PSI-20.
Endividamento (END)	Endividamento (ENDIV)	Total do passivo x 100 / Total do ativo. Variável dummy obtida a partir da seguinte classificação: 0: igual ou inferior à mediana da distribuição; 1: superior à mediana da distribuição.
Auditoria externa (Big4)	Big4	Entidades classificadas como pertencentes, ou não, às Big 4. Variável dummy obtida a partir da seguinte classificação: 0: não pertencente às Big4; 1: pertencente às Big4.
Rendibilidade (REN)	Rendibilidade das vendas (RV)	Resultado líquido x 100 / Volume de negócios. Variável dummy obtida a partir da seguinte classificação: 0: valor igual ou inferior à mediana da distribuição; 1: superior à mediana da distribuição.
Sector de atividade (SET)	SET	Entidades classificadas como pertencentes, ou não, aos setores industriais [0001, 3000]. Variável dummy obtida a partir da seguinte classificação: 0: não pertence aos setores industriais; 1: pertence aos setores industriais.
Normalização Contabilística (NC)	NC	Entidades classificadas consoante utilizassem, ou não, para a elaboração das contas individuais da empresa-mãe, o normativo IAS/IFRS. Variável dummy obtida a partir da seguinte classificação: 0: não utiliza o NC IAS/IFRS; 1: utiliza o NC IAS/IFRS.
Período de relato (TEMP)	TEMP 2005-2010 TEMP 2010-2015 TEMP 2015-2005	Entidades classificadas consoante os anos da informação em análise (2005, 2010 e 2015). Variáveis dummies obtidas a partir da seguinte classificação: 0: informação referente ao 1º ano em análise; 1: informação referente ao 2º ano em análise.
Resultado Financeiro (RF)	Apresentação do RF na DRN (RF)	Entidades classificadas consoante a apresentação, ou não, do RF na DR. Variável dummy obtida a partir da seguinte classificação: 0: não apresenta o RF; 1: apresenta o RF.
Fonte: elaboração própria.		

registam frequências relativas médias abaixo dos 20 %.

Conclui-se, assim, que os itens de gastos e rendimentos apresentam-se maioritariamente de forma agregada (menos detalhada). Salienta-se ainda o facto de que apenas 42 % das entidades analisadas reportaram os resultados financeiros na DRN.

A tabela 5 seguinte apresenta um resumo dos valores apurados para o IA através da aplicação das medidas de localização de tendência central, como a média e a mediana, bem como medidas de dispersão, como o desvio-padrão, em

função dos determinantes selecionados e respetivas variáveis definidas como *proxies*. Os valores médios para o índice foram divididos em dois grupos (designados subgrupos (sg)), conforme definições expressas na tabela 3.

Ao se comparar os valores médios com a mediana, na tabela 5, verifica-se que tais diferenças são pouco expressivas, revelando que a primeira medida reflete aproximadamente o comportamento da distribuição de cada determinante, em duas partes, entre os menores e maiores dos valores observados.

Relativamente à análise de dispersão, efetuada com recurso ao desvio-padrão, pode-se constatar, a partir da

mesma tabela, valores próximos de 0,1 para todos os determinantes. No entanto, ao comparar em termos proporcionais o desvio-padrão com a média, verifica-se que tais valores situam-se geralmente entre 40 % e 80 % dos valores médios, indicando que os valores das observações apresentam-se relativamente bem distribuídos em torno daqueles.

Mais especificamente, os resultados obtidos identificam que o nível de apresentação dos itens de gastos e rendimentos apresenta valores de média inferiores a 25 % para qualquer dos subgrupos em análise. De referir que o índice apresenta os valores mais baixos nos determinantes Big4, REN, NC e TEMP “2005-2010” ($0,146 > IA > 0,184$) para o “subgrupo 0”, à exceção do determinante RF e TEMP “2015-2005”, em que o valor mais baixo identifica-se “no subgrupo 1”. É para os mesmos determinantes que se verificam as maiores diferenças entre os subgrupos na análise aos valores médios do IA. No contexto do determinante TEMP, em particular, de relevar que tal se verifica quando em causa está o ano de 2005 por comparação aos restantes dois anos de análise (2010 e 2015), corroborando as evidências obtidas pela análise das frequências.

A tabela 5 apresenta, ainda, os resultados estatísticos (níveis de significância) do teste de Mann-Whitney-U para o IA em função dos determinantes em análise. Tais resultados corroboram na generalidade as evidências obtidas anteriormente, à luz da análise dos valores médios de cada um dos subgrupos, para os quais se observam níveis de significância inferiores a 5 %.

A secção seguinte destina-se, por fim, à apresentação das principais conclusões, limitações e sugestões para a condução de futuros estudos nesta linha de investigação.

Conclusões, limitações e perspectivas futuras

A partir dos resultados deste estudo, foi possível identificar a existência de níveis de apresentação relativamente baixos para os itens de gastos e rendimentos financeiros na DRN, com valores médios abaixo dos 25 %. Concluiu-se, desse modo, que tais itens se apresentam de forma mais agregada na referida demonstração. Menos de metade das entidades analisadas apresentaram os resultados financeiros na DRN.

O tabela 6 sintetiza os resultados obtidos a partir do teste não paramétrico de Mann-Whitney-U tendo por referência as hipóteses operacionais e respetivos determinantes relacionados com o nível de apresentação dos itens de gastos e rendimentos financeiros na DRN.

Assim, e em síntese, um conjunto ainda assim expressivo de determinantes, em que se incluem a auditoria externa (Big4), a rendibilidade (REN), a normalização contabilística (NC), o período de relato (TEMP, parcialmente) e a apresentação do resultado financeiro (RF), encontram-se por trás das diferenças em torno do nível de detalhe na apresentação dos gastos e rendimentos financeiros na DRN, com a significância estatística evidenciada a partir do teste não paramétrico de Mann-Whitney-U. Para as variáveis evidenciadas (PSI-20), endividamento (END) e o setor de atividade (SET), por outro lado, não foram identificadas diferenças significativas entre os subgrupos em análise para cada caso, contrariando a literatura sobre o tema.

Esta investigação procura contribuir para a discussão em torno da dificuldade de comparabilidade das demonstrações financeiras, devido à não imposição de modelos

Tabela 4 – Frequência dos itens de apresentação constantes do IA

Item	Anos			Média
	2005	2010	2015	
IA1	95 %	91 %	93 %	93 %
IA2	13 %	17 %	32 %	20 %
IA3	10 %	36 %	10 %	19 %
IA4	0 %	6 %	0 %	2 %
IA5	2 %	0 %	5 %	3 %
IA6	0 %	0 %	3 %	1 %
IA7	8 %	10 %	3 %	7 %
IA8	0 %	0 %	0 %	0 %
IA9	5 %	3 %	8 %	5 %
IA10	0 %	6 %	3 %	3 %
IA11	7 %	6 %	0 %	4 %
IA12	27 %	46 %	59 %	44 %
IA13	25 %	44 %	62 %	44 %
IA14	24 %	54 %	32 %	37 %
IA	15 %	23 %	22 %	20 %

Fonte: elaboração própria.

Tabela 5 – Teste de Mann-Whitney-u (significância bilateral): síntese

Determinantes	Variáveis	sg	Observações	Média	Mediana	Desvio-padrão	Mann-Whitney-u
DIM	AT	0	58	0,2020	0,1820	0,1294	0,15
		1	60	0,2270	0,2310	0,1032	
PSI - 20	PSI-20	0	68	0,2070	0,1910	0,1286	0,18
		1	50	0,2250	0,2310	0,0995	
END	ENDIV	0	58	0,2170	0,2180	0,1067	0,63
		1	60	0,2130	0,2000	0,1271	
Big4	Big4	0	33	0,1460	0,1670	0,1100	0
		1	85	0,2410	0,2310	0,1090	
SET	SET	0	57	0,2120	0,2000	0,1204	0,97
		1	61	0,2170	0,2140	0,1147	
REN	RV	0	58	0,1840	0,1820	0,1159	0
		1	60	0,2440	0,2500	0,1111	
NC	NC	0	52	0,1840	0,1740	0,1134	0,01
		1	66	0,2390	0,2310	0,1147	
TEMP	TEMP 2005-2010	0	42	0,1730	0,1670	0,1174	0
		1	39	0,2420	0,2140	0,0865	
	TEMP 2010-2015	0	39	0,2420	0,2140	0,0865	0,95
		1	37	0,2340	0,2500	0,1330	
	TEMP 2015-2005	0	37	0,2340	0,2500	0,1330	0,02
		1	42	0,1730	0,1670	0,1174	
RF	RF	0	68	0,2430	0,2500	0,0899	0
		1	50	0,1760	0,1820	0,0899	

Fonte: elaboração própria.

padronizados, com benefícios, entre outros, para os organismos normalizadores nessa matéria. Assim, identificar os fatores que se encontram na base dos problemas de comparabilidade entre distintas entidades afigura-se um passo relevante neste processo.

Este trabalho apresenta algumas limitações. Uma das principais recai sobre a falta de estudos acadêmicos que abordem a problemática específica do nível de apresentação dos modelos das demonstrações financeiras, e mais concretamente sobre os itens de gastos e rendimentos financeiros. Os principais estudos identificados foram os de Ding et al. (2005), sobre formas alternativas de apresentação das demonstrações financeiras, e o de Albuquerque et al. (2015), no qual foram analisadas os itens de gastos e rendimentos que contribuíam para o conceito de Ebitda.

Por fim, uma limitação implícita a todos os estudos dessa natureza diz respeito à subjetividade da recolha e codificação da informação. Associado a este fator, de referir-se, em particular, à dificuldade sentida ao longo deste processo,

mesmo considerando os pressupostos inicialmente definidos, na identificação do enquadramento de um item na DRN quando este não é apresentado.

Como sugestão para investigações futuras, sugere-se o alargamento do estudo aos restantes itens apresentados na DRN, de modo a corroborar, ou não, algumas das evidências estatísticas identificadas neste estudo.

Outra temática que poderia ser introduzida em estudos futuros, no contexto nacional, relaciona-se com o impacto das limitações fiscais impostas pelo artigo 67 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, concenterne à dedutibilidade de gastos de financiamento e às circunstâncias que podem condicionar a apresentação dos itens financeiros, à luz da teoria da fiscalidade.

Paralelamente, seria relevante para a literatura nesta área, e na continuidade do estudo de Ding et al. (2005), introduzir o determinante país e analisar a estrutura de apresentação dos itens financeiros para entidades de vários países, identificando, designadamente, diferenças em torno dos valores culturais.

Tabela 6 – Síntese dos resultados identificados no presente estudo

Hipótese operacional	Determinantes	Sinal esperado	Mann-Whitney-u
H1.1	DIM	+ elevado	Não significativo. Hipótese não confirmada.
H1.2	PSI-20	+ elevado	Não significativo. Hipótese não confirmada.
H1.3	END	+ elevado	Não significativo. Hipótese não confirmada.
H1.4	Big4	+ elevado	Significativo. Hipótese confirmada.
H1.5	SET	Indeterminado	Não significativo. Hipótese não confirmada.
H1.6	REN	Indeterminado	Significativo. Hipótese confirmada.
H1.7	NC	Indeterminado	Significativo. Hipótese confirmada.
H1.8	TEMP	Indeterminado	Significativo , em 2005-2010 e 2005-2015. Hipótese parcialmente confirmada.
H1.9	RF	+ elevado	Significativo. Hipótese confirmada.

Fonte: elaboração própria.

REFERÊNCIAS

- Albuquerque, F. (2013). *El conservadurismo, el secreto y las opciones de financiación de las PYME portuguesas* (Tese de doutoramento). Universidad de Extremadura, Badajoz.
- Albuquerque, F. & Almeida, M. (2009). *A cultura, o julgamento profissional e as características qualitativas contidas no projecto da framework Fasb-Iasb*. Recuperado de http://www.aeca1.org/pub/on_line/comunicaciones_xvcongresoaeaca/cd/49a.pdf
- Albuquerque, F., Marcelino, M. & Cariano, A. (2015). A comparabilidade do Ebitda reportado pelas entidades cotadas em Portugal. *Em Congresso dos roc*. Lisboa. Recuperado de <http://www.occ.pt/news/trabalhoscongv/pdf/72.pdf>
- Albuquerque, F., Marcelino, M. & Quirós, J. T. (2015). A influência do SNC na alteração da estrutura do balanço das entidades que adoptam as normas do Iasb: uma análise do balanço/demonstração da posição financeira. *Jornal de contabilidade*, xxxix, 443.
- Branco, L. & Góis, C. (2012). *Relato financeiro – A importância e os determinantes da divulgação voluntária. A análise da divulgação voluntária nas empresas em Portugal*. Recuperado de <http://www.otoc.pt/news/comcontabaudit/pdf/75.pdf>
- CARIANO, A. (2012). *Os planos de pensões de benefícios definidos e os factores explicativos da sua evolução na esfera dos associados: Evidência empírica das entidades incluídas no PSI-20 no período de 2005 a 2009*. (Dissertação de mestrado). Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, Lisboa.
- Cazzari, R. (2012). *A compreensibilidade das informações contábeis e sua relação com os custos de transação sob a óptica dos profissionais de investimento* (Dissertação de mestrado). Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia Administração e Contabilidade, São Paulo.
- Costa, F. (2015). *A divulgação dos Ativos Fixos Tangíveis segundo a IAS 16 e o seu grau de cumprimento: uma análise ao anexo* (Dissertação de mestrado). Universidade do Minho, Braga.
- Ministérios das Finanças e da Justiça. (1991). *Decreto-Lei 238/1991* O presente diploma tem como objectivo transpor para o direito interno as normas de consolidação de contas, estabelecidas na 7.ª Directiva (83/349/CEE), relativa ao direito das sociedades, aprovada pelo conselho das Comunidades Europeias em 13 de Junho de 1983, introduzindo, ainda, as alterações correspondentes ao Código das Sociedades Comerciais no Código do Registo Comercial e no Plano Oficial de Contabilidade. D.R. I Série A. N.º 149, 3364-3389.
- Dantas, J., Rodrigues, F., Rodrigues, J. & Capelletto, L. (2010). Determinantes do grau de evidenciação de risco de crédito pelos bancos brasileiros. *Revista Contabilidade & Finanças*, 21, 52. doi: 10.1590/S1519-70772010000100002
- Ding, Y., Jeanjean, T. & Stolowy, H. (2005). Why Do Firms Opt for Alternative-Format Financial Statements? Some Evidence from France. *SSRN Electronic Journal*. ISSN 1556-5068. doi: 10.2139/ssrn.657082
- Ding, Y., Stolowy, H. & Tenenhaus, M. (2001). The Internationalization of Financial Statements Presentation: an Empirical Study of French Groups. *Presentation at the 24th Annual Congress of the European Accounting Association*. Recuperado de <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.199.8480&rep=rep1&type=pdf>
- Ereira, S. (2007). *O relato do risco — Uma análise no contexto das empresas cotadas na Euronext Lisbon* (Dissertação de mestrado). Instituto Politécnico de Leiria, Escola Superior de Tecnologia e Gestão, Leiria
- Fasb [Financial Accounting Standards Board] (2010). *Statement of Financial Accounting Concepts N.º 8 (SFAC 8) September 2010*. Recuperado de <http://www.ifrs.org/IFRSs/Documents/Estrutura-Conceitual.pdf>
- Fernández, C., Moreno, D. & Olmeda, I. (2006). *Determinantes de la revelación de información sobre derivados financieros en el mercado español*. Madrid. Recuperado de <http://e-archivo.uc3m.es/bitstream/handle/10016/501/db060504.pdf?sequence=1>
- Fjeld, E. I. (1936a). Balance-Sheet Form and Classification in Corporate Reports. *The Accounting Review*, Vol. 11, No. 3, 211-229.
- Fjeld, E. I. (1936b). Classification and Terminology of Individual Balance-Sheet Items. *The Accounting Review*, Vol. 11, No. 4, 330-345.
- Frias, P. A. G. (2012). *Divulgação de informação sobre os requisitos previstos nas IAS 38: estudo das empresas cotadas na Euronext 100* (Dissertação de mestrado). ISCTE Business School, Lisboa.

- Gaio, C. & Mateus, M. (2014). Relato financeiro das empresas cotadas em Portugal — Grau de conformidade com os requisitos de divulgação da IAS 1. *Contabilidade & Gestão: Portuguese Journal of Accounting and Management*, 15, 39-73.
- Gonçalves, M. (2013). *Contabilidade de Instrumentos Financeiros Derivados: Estudo empírico dos determinantes do nível de divulgação na Euronext Lisbon para o ano de 2010* (Dissertação de mestrado). ISCTE Business School, Lisboa.
- Hassan, M., Percy, M. & Stewart, J. (2006). The Transparency of Derivative Disclosures by Australian Firms in the Extractive Industries, 53, 9, 1689-1699.
- Iasb [International Accounting Standards Board] (2008). *International Accounting Standard 1 (IAS 1) Presentation of Financial Statements revised in 2007*. Recuperado de <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:32008R1274&rid=10>iasb [International Accounting Standards Board] (2005). *International Accounting Standard 1 (IAS1). Presentation of Financial Statements*. Recuperado de http://ec.europa.eu/internal_market/accounting/docs/consolidated/ias1_en.pdf
- Isidro, H. & Marques, A. (2010). The effect of managers' compensation and board quality on non-GAAP reporting decisions. *Em CAAA Annual Conference 2011*. Lisboa. Recuperado de http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1730163
- Ku Ismail, K. & Chandler, R. (2005). Disclosure in the quarterly reports of Malaysian companies, *Financial Reporting Regulation and Governance. The electronic journal of the Accounting Standards Interest Group of AFAANZ*, 4, 1. Recuperado de https://www.researchgate.net/profile/Roy_Chandler/publication/265436327_DISCLOSURE_IN_THE_QUARTERLY_REPORTS_OF_MALAYSIAN_COMPANIES/links/54b646820cf2318f0f9a2c68.pdf
- Laureano, R. (2013). *Testes de Hipóteses com o SPSS (2.ª ed.)*. Lisboa: Sílabo.
- Lemos, K. (2011). *Contabilidade de instrumentos derivados — Estudo da informação divulgada pelas empresas portuguesas* (Tese de doutoramento). Universidad de Santiago de Compostela, Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales, Santiago de Compostela.
- Lemos, K., Rodrigues, L. & Ariza, L. R. (2009). Determinantes do nível de divulgação de informação sobre instrumentos derivados. Evidência empírica no mercado de capitais portugueses. *Revista de Estudos Politécnicos*, 7(12), 145-175.
- Magro, N. (2014). *A comparabilidade das demonstrações financeiras na Europa* (Tese de doutoramento). ISCTE Business School, Lisboa.
- Marques, A. (2010). Disclosure strategies among S&P 500 firms: Evidence on the disclosure of non-GAAP financial measures and financial statements in earnings Press releases. *British Accounting Review*. ISSN 08908389, 119-131. doi: 10.1016/j.bar.2010.02.004
- Nunes, S. (2014). *A divulgação sobre instrumentos derivados: Evidência empírica do setor da indústria português* (Dissertação de mestrado). Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, Lisboa.
- Pereira, A. & Patrício, T. (2013). *SPSS — Guia Prático de Utilização (8.ª ed.)*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Pereira, E. (2013). *O reconhecimento e a divulgação dos impostos diferidos em Portugal: Análise às entidades cotadas no PSI geral durante os anos de 2009 a 2011* (Dissertação de mestrado). Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, Lisboa.
- Parlamento Europeu e Conselho (2002). *Regulamento n.º 1606/2002/CE da Comissão, de 19 de julho, relativo à aplicação das normas internacionais de contabilidade*. Jornal Oficial da União Europeia. L 243 (2002-09-11) 1-4.
- Reina, D. (2017). *Comparabilidade dos demonstrativos financeiros, acurácia e informatividade no Brasil* (Tese de doutoramento). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Santos, I. (2013). *A divulgação de informação financeira no relato intercalar: Uma análise às entidades cotadas no PSI Geral* (Dissertação de mestrado). Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, Lisboa.
- Santos, M. (2012). *Norma Contabilística e de Relato Financeiro 10 — Custos de Empréstimos Obtidos* (Dissertação de mestrado). Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, Porto.
- Semedo, I. (2015). *Departamento de Mestrado de Gestão Financeira Teorias da Estrutura de Capital Das Empresas: Uma aplicação às empresas Portuguesas cotadas na Euronext Lisboa*. (Dissertação de mestrado). Instituto Superior de Gestão, Lisboa. Recuperado de <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/11108/1/IsidroSemedo-tese.pdf>.
- Silva, M. (2015). *A divulgação do risco nas demonstrações financeiras: Uma análise ao anexo das sociedades não financeiras portuguesas* (Dissertação de mestrado). Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, Lisboa.
- Soares, H. (2012). *Ebitda, um estudo exploratório — as cotadas PSI-20 e IBEX-35* (Dissertação de mestrado). Universidade do Porto, Porto.
- Souza, F. (2012). *A comparabilidade das escolhas contábeis na mensuração subsequente de ativos imobilizados, de ativos intangíveis e de propriedades para investimento* (Dissertação de mestrado). Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia.
- Stolowy, H., Lebas, M. & Ding, Y. (2013). *Financial accounting and reporting. A global perspective* (3th ed.). Hampshire: Cengage Learning Emea.
- Takamatsu, R. & Fávero, L. (2017). Opacidade das informações contábeis, adoção das normas internacionais e origem legal. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios* 19(66), 594-612.
- Wamugo, M. (2009). *The adequacy of the preferred presentation format of the income*. Nairobi: University of Nairobi. Recuperado de http://erepository.uonbi.ac.ke/bitstream/handle/11295/12241/MwangiLucyW_TheAdequacyofthePreferredPresentationFormatoftheIncomeStatementinProvidingInformationtoInvestors.pdf?sequence=4&isAllowed=y
- Watts, R. & Zimmerman, J. (1978). Towards a Positive Theory of Determination of Accounting Standards. *The Accounting Review*, 53(1), 112-134. doi: 10.2307/245729
- Zeff, S. (2014). A Evolução do IASB para o IASB e os desafios enfrentados. *Revista contabilidade e finanças*, 25, 300-320. doi: 10.1590/1808-057x201400040
- Shiri, N., Shinnar, R., Mirakzadeh, A. & Zarafshani, K. (2017). Cultural values and entrepreneurial intentions among agriculture students in Iran. *International Entrepreneurship and Management Journal*, 13(4), 1157-1179.
- Silveira, A., Santino, F. & Olivense, H. (2017). Entrepreneurial intention of the participants of the startup weekend: Longitudinal analysis. *International Journal of Advances in Management and Economics*, 6(1), 90-102.
- Solesvik, M., Westhead, P. & Matlay, H. (2014). Cultural factors and entrepreneurial intention: The role of entrepreneurship education. *Education + Training*, 56(8/9), 680-696.
- Soria, K., Zúñiga, S. & Ruiz, S. (2016). Educación e intención emprendedora en estudiantes universitarios: un caso de estudio. *Formación Universitaria*, 9(1), 25-34.
- Tarapuez, E., García, D. & Castellano, N. (2015). Elementos para la construcción de un instrumento que permita medir la intención empresarial en estudiantes universitarios de último semestre. *Tendencias*, 16 (2), 209-227.
- Tarapuez, E. (2016). Factors affecting the entrepreneurial intention in college students of Quindío (Colombia). *Visión de Futuro*, 20(13), 137-152.
- Teixeira, S., Lopes, C., Rodrigues, R. & Guerra, M. (2018). Entrepreneurial intentions and entrepreneurship in European countries. *International Journal of Innovation Science*, 1(10), 22-42.
- Thompson, E. (2009). Individual entrepreneurial intent: Construct clarification and development of an internationally reliable metric. *Entrepreneurship Theory and Practice*, 33(3), 669-694.
- Tran, D., Bui, T., Nguyen, H. & Mai, M. (2018). The antecedents of entrepreneurial intention a study among graduate students in Ho Chi Minh City. *IFMBE Proceedings*, 63, 403-410. 6th International Conference on the Development of Biomedical Engineering in Vietnam, Ho Chi Minh; Viet Nam; junio 27-29. (Conference Paper).
- Trivedi, R. (2017). Entrepreneurial-intention constraint model: A comparative analysis among post-graduate management students in India, Singapore and Malaysia. *International Entrepreneurship and Management Journal*, 13(4), 1239-1261.
- Yaseen, A., Abid, M., Zahra, S. & Israr, M. (2018). Precursory effects on entrepreneurial behaviour in the agri-food industry. *Journal of Entrepreneurship in Emerging Economies*, 1 (10), 2-22.